



RENEGOCIAR A DÍVIDA É INEVITÁVEL

O regime cambial que o governo FHC adotou, de 1994 até o início de 1999, sustentado na sobrevalorização do real, para segurar a inflação, e nos juros altos, para cobrir os déficits comercial e orçamentário com poupança externa, guardou relação com os regimes cambiais invariavelmente praticados pelos demais países latino-americanos, cuja feição tem se caracterizado pela chamada paridade fixa.

Os países da América Central e a Argentina adotaram uma variação desse modelo, o chamado currency board, a exemplo do praticado por Hong Kong e que prevaleceu durante o século XIX entre a Inglaterra e suas colônias. A quantidade de moeda nacional em circulação, de acordo com o currency, tem que ser exatamente igual às reservas em dólar que o país dispõe no seu Banco Central. Se as reservas caem, é preciso reduzir o volume de dinheiro disponível internamente, via aumento

dos juros e consequente recessão. Trata-se, portanto, de um engessamento do câmbio. Os Estados Unidos têm sido, ao longo desses tumultuosos anos 90, os principais defensores dessa estratégia cambial adotada pelos países latino-americanos. A partir de 1985, o ex-presidente George Bush lançou a palavra de ordem em defesa da ampla abertura comercial, do Alaska à Patagônia, para que fosse formado um só mercado nas Américas.

A economia norte-americana havia saído da década de 80 com grandes déficits comercial e fiscal, o que a levou ao endividamento interno e externo excessivos, graças à sobrevalorização do dólar e ao aumento dos juros, como alternativa para enxugar a então elevada liquidez mundial, que ameaçava os países cênicos com uma enchente inflacionária.

Os países periféricos, com a elevação dos juros norte-americanos, quebraram, mas, graças ao dólar superforte, puderam pagar

suas dívidas via exportações. Essa estratégia, batizada de reagomics, levou os EUA a uma perda de competitividade internacional, ao final dos anos 80, e fez com que Washington mudasse de rumo. Para vencer os seus déficits gêmeos, os EUA optaram pelas exportações. Daí o discurso em favor da abertura comercial. Por isso, passaram a desvalorizar, paulatinamente, o dólar.

Ao pressionarem os países da América Latina a praticarem o inverso do que a economia norte-americana fez nos anos 80, isto é, a adoção de uma moeda sobrevalorizada, o Governo Bush forçou, via Consenso de Washington, a abertura comercial latino-americana. O mesmo foi tentado em relação ao Japão, mas, até hoje, sem maior sucesso. Desde então, o superávit comercial dos EUA se expandiu, idem a oferta de emprego, suas dívidas e seus déficits reduziram-se e o orçamento fiscal, de deficitário

passou a superavitário, equilibrando-se.

Em contrapartida, as economias dos países ao sul do Rio Grande começaram a experimentar, ao lado da inflação baixa, elevados endividamentos interno e externo, exagerados déficits comercial e fiscal e explosão do desemprego.

A adoção do câmbio flutuante reverte a situação. Abre espaço a uma política monetária mais frouxa e a uma política fiscal mais austera, o inverso do que vinha acontecendo. Mas, ele chega em meio à fragilidade total das economias brasileiras e latino-americanas, ao mesmo tempo em que o setor produtivo está menos competitivo, graças aos juros altos — que devem continuar por um bom tempo enquanto elas representarem risco elevado para o investidor — e impostos elevados, justamente no momento em que a economia mundial devérá, em 1999, crescer menos e conviver com um grau maior de concorrência.

A contradição maior se evidenciará pelo fato de que a capacidade produtiva mundial, em patamares elevadíssimos, graças ao aumento da produtividade, impulsionada pelas inovações tecnológicas, conviverá com a queda da demanda global, pois, afinal, as economias periféricas, que enfrentaram as recentes crises, agora com suas moedas em processo de desvalorização, não poderão consumir na escala necessária para atender a capacidade de oferta das economias cênicas.

A única alternativa capaz de desafogar o sufoco financeiro e incrementar o comércio internacional será a renegociação das dívidas dos países devedores. As dívidas interna — que, no fundo, é dívida externa internalizada — e externa dos emergentes transformaram-se no tampão que bloqueia o comércio internacional e acirra as relações comerciais entre os povos.

■ Lourival Dantas — presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal